



ACÓRDÃO Nº 245/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11630/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal – SEMACC.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Fabio Henrique dos Santos Albuquerque (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5895/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal - SEMACC. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Fabio Henrique dos Santos Albuquerque**, responsável pela **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal – SEMACC**, na qualidade de Secretário e Ordenador de Despesas, exercício de 2018, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Determinar** à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM:
 - 10.2.1. A contabilização das despesas nas classificações destinadas para tais fins, em pleno respeito ao Princípio da Oportunidade, c/c, em relação ao Decreto Municipal n. 3206/2015, que trata de



ACÓRDÃO Nº 245/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

adiantamento, a fim de evitar a contabilização do adiantamento em rubrica distinta;

10.2.2. Publicação dos extratos de apostilamento na Imprensa Oficial, bem como com todas as informações legalmente exigidas, nos termos do art. 61 da Lei. 8.666/93, c/c o art. 37, caput, da CF/88;

10.2.3. Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM;

10.3. Recomendar ao Departamento de Auditoria Operacional - DEAO deste Tribunal a possibilidade, considerando o planejamento de suas atividades e critérios de auditoria adotados, nos termos do art. 3º da Resolução 4/2011, de executar auditoria operacional nos mercados e feiras de Manaus, conforme solicitado pelo Parecer 5895/2019, fls. 391/394.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Março de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral